

# *Para BC, Brasil só precisará de novos empréstimos em 88*

O Brasil só vai precisar de dinheiro novo dos bancos privados estrangeiros a partir de 1988, ressaltou ontem, às vésperas do final de gestão, a atual diretoria do Banco Central, ao divulgar relatório do setor externo da economia brasileira, no governo Figueiredo, com as justificativas do esquema de renegociação da dívida que será herdado pela equipe econômica de Tancredo Neves.

Com reservas prontas de US\$ 7,5 bilhões ao final de 1984, o Banco Central revelou que, nos três primeiros anos do governo Tancredo, o Brasil não dependerá de empréstimos dos banqueiros privados para fechar as suas contas externas, desde que consiga manter superávits anuais na balança comercial no atual patamar de US\$ 13 bilhões, com a redução do déficit anual nas transações correntes para US\$ 2 bilhões, o que representa hipótese "conservadora" até 1991.

Ao eliminar o pagamento de comissões na renegociação plurianual da dívida, segundo o Banco Central, o País deixará de pagar o *flat fee* de 1% na rolagem da dívida a vencer até 1991 e de 0,125% na renovação do crédito comercial de US\$ 9,8 bilhões e das linhas interbancárias de US\$ 5,4 bilhões.

Em razão da capacidade do País de gerar superávits comerciais, o Banco Central justificou a decisão de dispensar, este ano, a inclusão de dinheiro novo na renegociação, "com o que ficaram superadas as considerações sobre a forma de obtê-lo: se pelo processo tradicional de sindicalização ou via capitalização negociada de juros".

A atual diretoria do Banco Cen-

tral também defendeu a sua iniciativa de conduzir a renegociação da dívida a vencer até 1991, às vésperas do final de governo, pelas vantagens comparativas "visíveis": a) proporciona à comunidade financeira internacional a possibilidade de uma avaliação de longo prazo do setor externo da economia do País, permitindo a restauração da confiança por parte dos credores, o gradual retorno às práticas normais de mercado e, conseqüentemente, a retomada dos empréstimos voluntários; b) mantido o sistema de reempréstimo dos valores reescalados, estarão assegurados os recursos de médio e longo prazos necessários ao financiamento de projetos em fase de implementação ou novos; c) abre espaço para a implementação de programas de desenvolvimento econômico, ao afastar as incertezas decorrentes de renegociações anuais, que inviabilizam planejamentos de médio e longo prazos, tanto pelos devedores quanto pelos credores, e d) elimina o desgaste decorrente de renegociações anuais, permitindo à administração do país devedor concentrar-se na gestão do setor interno da economia e, aos bancos, dedicarem-se a suas atividades normais.

Mesmo sem dinheiro novo dos bancos até 1988 — o País só precisará de empréstimos em 1990 e 1991 de US\$ 3 bilhões e US\$ 3,6 bilhões, respectivamente, para enfrentar a concentração de vencimentos da dívida — o Banco Central considerou viável o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) nos níveis históricos de 7% ao ano, "sem considerar evidentemente as oscilações anuais decorrentes da implementação de programas de estabilização monetária".